

# Sarney prorroga o prazo da comissão

Rio — O ex-ministro Afonso Arinos de Mello Franco comunicou ontem aos membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais que o presidente Sarney assinou ato prorrogando o prazo de julho até outubro para a elaboração do anteprojeto da Nova Constituição. Arinos garantiu que a nova data para a entrega é suficiente para a conclusão dos trabalhos.

— Se nos fracassarmos será um dos capítulos mais vergonhosos da história da República — afirmou, antes de ter a confirmação do atendimento ao pedido formulado ao presidente Sarney, durante debate sobre a conveniência ou não de um esforço concentrado de duas semanas consecutivas no Centro de Convenções do Ministério das Minas e Energia, em Itaipava, Distrito de Petrópolis (município da região serrana) de 29 de junho a 12 de julho.

O professor José Afonso da Silva considerou muito grave que a imprensa passasse a defender a dissolução da comissão por não estar cumprindo seu objetivo e o jurista Ferro Costa acrescentou que está havendo uma subversão ge-



ral: os que não gostam dos temas estão sobrepondo seus compromissos. Hélio Santos (professor) destacou a importância dos trabalhos da comissão, cuja atuação estaria suprimindo a lacuna deixada pelos partidos e pelos políticos.

## DECISÕES

O último dia da rodada de debates do capítulo relativo à "Ordem Social", a comissão aprovou o reajuste dos proventos da categoria trabalhista, cargo, função ou posto em que haja ocorrido a aposentadoria. Deliberou ainda que nenhum imposto ou contribuição compulsória incidirá sobre os proventos da aposentadoria.

A sugestão foi formulada pelo empresário Antônio Ermirio de Moraes, que teve sua participação nas reuniões da comissão prejudicada desde o lança-

mento de sua candidatura à sucessão paulista. O diretor do Dieese, Walter Barrelli, considerou o dispositivo proposto pela comissão à Assembleia Constituinte "A correção de uma falha histórica".

— O que acontece hoje é que a aposentadoria é paga em valor menor do que o trabalhador ganhava quando na ativa e a forma de correção dos proventos sempre foi feita por índices menores até que o salário mínimo, afirmou.

Os dispositivos sobre a família foram aprovados os que estabelecem que "a lei não limitará o número de dissoluções de casamento" e que os "filhos havidos dentro ou fora do casamento terão iguais direitos e qualificações". Os genitores terão iguais direitos e deveres, de acordo com a sugestão proposta pela comissão, podendo o pátrio poder ser exercido por qualquer deles, subordinando-se esse exercício aos interesses dos filhos, quer de ordem material, quer de ordem social ou moral". Os membros da comissão decidiram não abordar a questão do aborto, que não consideraram a matéria constitucional.

## Leônidas e Moreira Lima divergem

Enquanto o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, voltou a defender, ontem, a manutenção dos termos que definem as atribuições das Forças Armadas na Constituição, o ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, mostrou-se mais flexível ao tratar do assunto. "O papel das Forças Armadas está sujeito a discussões", afirmou, após despacho com o presidente José Sarney.

"Nossa posição é de diálogo, no momento em que está sendo elaborado o anteprojeto para a futura Constituição", admitiu o Ministro da Aeronáutica. Tranquilo ao comentar a discussão travada no âmbito da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais — que sugeriu a supressão dos termos "da lei e da ordem" e "nos limites da lei"

—, Moreira Lima informou que já existe uma comissão oficialmente designada pelas três Armas para agir como interlocutora dos militares junto aos parlamentares.

Segundo frisou, "a defesa dos interesses das Forças Armadas cabe a estes assessores parlamentares". O Ministro refere-se a uma comissão de três representantes, que acompanha os trabalhos do grupo presidido pelo jurista Afonso Arinos, permanentemente. Estes "interesses" foram explicados por Moreira Lima: "Nosso ponto de vista é que seja mantida a tradição republicana. A questão é adequar a redação do artigo à tradição".

## EXPLICITAR

Mesmo considerando que o papel das Forças Armadas como guardiãs da segu-

rança interna esteja "absolutamente implícito" no anteprojeto sugerido pela Comissão Provisória, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, enfatiza a necessidade de que ele fique "explícito" no texto constitucional. Para manter o texto original, o Ministro garante que as Forças Armadas trabalharão "politicamente e inteligentemente, fazendo todas as coisas que podem ser feitas num regime democrático".

Leônidas garantiu que o presidente José Sarney concorda com a posição dos militares. "Mais de uma vez, Sarney disse, inclusive na Escola de Comando, no ano passado, que as Forças Armadas são responsáveis pela manutenção da ordem", lembrou.

ANC  
CPEC  
X